

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2018.

À

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Atenção da **Diretoria**

Prezado Senhor

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP


Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2018

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Pedido de certificado de filantropia

Conforme nota explicativa 25, a Fundação protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de renovação do Certificado de Filantropia, sob alegação de ser a sucessora do Instituto Santa Lydia, e estar atendendo todos os requisitos de Entidade Beneficente de Assistência Social à Saúde. A Fundação obteve deferimento ao pedido de concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, válido a partir de 31 de dezembro de 2014. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser indeferido o pedido de enquadramento da Fundação como filantrópica, para os períodos anteriores, o qual ainda se encontra em julgamento.

Capital circulante

Chamamos a atenção ao fato de que em 31 de dezembro de 2017, a Fundação apresenta capital circulante líquido negativo. Esse assunto está mencionado pela Administração na nota explicativa 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativo, foram auditadas por outros auditores independentes, relatório datado em 7 de abril de 2017, e continha ênfase sobre os mesmos assuntos.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 06 de abril de 2018.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.068.113	2.191.866
Contas a receber	5	5.343.757	6.044.654
Estoques	6	621.143	545.092
Outros créditos	7	371.337	321.527
Despesas antecipadas		4.638	5.233
Total do ativo circulante		8.408.988	9.108.372
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	13	77.644	109.397
Imobilizado	8	6.958.229	7.287.409
Intangível		-	3.293
Total do ativo não circulante		7.035.873	7.400.099
Total do ativo		15.444.861	16.508.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota		
	explicativa	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.166.236	1.758.334
Fornecedores e prestadores de serviços	10	3.446.910	3.298.201
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	2.379.295	2.406.332
Provisão de férias e encargos		1.926.670	1.908.384
Outras obrigações	12	722.424	1.370.176
Total do passivo circulante		9.641.535	10.741.427
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamento	9	101.445	1.267.681
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	616.570	999.685
Outras obrigações	12	913.963	977.582
Provisão para contingências	13	165.055	725.956
Total do passivo não circulante		1.797.033	3.970.904
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(762.905)	(4.226.877)
Ajuste de avaliação patrimonial		4.541.602	4.742.405
Reserva de doações		16.740	16.640
Superávit acumulado		210.856	1.263.972
Total do patrimônio líquido	15	4.006.293	1.796.140
Total do passivo e patrimônio líquido		15.444.861	16.508.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota		
	explicativa	2017	2016
Receita operacional			
Serviços de Saúde	16	53.546.622	53.847.045
Doações	17	39.701	37.028
		53.586.323	53.884.073
Custos dos serviços prestados	18	(47.909.481)	(46.038.632)
Superávit Bruto		5.676.842	7.845.441
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	19	(3.235.335)	(3.080.038)
Com pessoal		(3.605.815)	(3.576.542)
Outras receitas operacionais		1.236.616	1.009.952
		(5.604.534)	(5.646.628)
Superávit antes do resultado financeiro		72.308	2.198.813
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas financeiras		668.214	404.214
Despesas financeiras		(730.469)	(1.544.714)
	20	(62.255)	(1.140.500)
Superávit do exercício		10.053	1.058.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
Superávit do exercício	10.053	1.058.313
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	200.803	205.659
Resultado abrangente do exercício	210.856	1.263.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2016	(11.710.870)	4.948.064	16.640	2.683.993	(4.062.173)
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	2.683.993	-	-	(2.683.993)	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	4.800.000	-	-	-	4.800.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(205.659)	-	205.659	-
Superávit do exercício	-	-	-	1.058.313	1.058.313
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(4.226.877)	4.742.405	16.640	1.263.972	1.796.140
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	1.263.972	-	-	(1.263.972)	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	2.200.000	-	-	-	2.200.000
Doações de bens tangíveis	-	-	100	-	100
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(200.803)	-	200.803	-
Superávit do exercício	-	-	-	10.053	10.053
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(762.905)	4.541.602	16.740	210.856	4.006.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	10.053	1.058.313
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
(Reversão) perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7.166)	118.112
Depreciações e amortizações	488.997	465.389
Juros sobre empréstimos	382.508	687.374
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(560.901)	216.666
Resultado do exercício ajustado	313.491	2.545.854
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em contas a receber	705.864	(1.513.880)
(Aumento) redução nos estoques	(76.050)	10.400
Aumento em outros ativos	(15.263)	(151.843)
Aumento (redução) em fornecedores	148.709	(1.188.285)
Redução em obrigações sociais e provisão de férias	(391.461)	(847.972)
Redução em outras obrigações	(711.778)	(1.025.965)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais	(26.488)	(2.171.691)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(156.424)	(357.688)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(156.424)	(357.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(2.140.841)	(2.475.668)
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	2.200.000	4.800.000
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas pelas ativ. de financiamentos	59.159	2.324.332
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(123.753)	(205.047)
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.068.113	2.191.866
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.191.866	2.396.913
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(123.753)	(205.047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, dos direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

Na Escritura Pública de Doação consta que o Instituto Santa Lydia doa bens imóveis (terrenos e edificações) e bens móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos próprios para a Fundação, conforme Laudo de Avaliação feito por peritos independentes, datado de 1º de janeiro de 2010. Sobre esses bens recai penhora em execuções ajuizadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - DAERP, e declara que com relação aos imóveis não existe nem nunca existiram quaisquer contratos escritos ou verbais ou negociações de espécie alguma, firmados com pessoa física ou jurídica, que possam caracterizar e definir ele outorgante doador como produtor rural da categoria de “segurados especiais” da previdência social, quer seja, como parceira proprietária, meeira, em parceria ou meação, ou em qualquer outra categoria rural. Consta ainda, que a Fundação será sucessora de todas as obrigações passivas do Instituto Santa Lydia e que ocorra a comunicação da sucessão do Instituto pela Fundação em todos os processos judiciais existentes ou futuros e que se permita à diretoria do Instituto, que também proceda tal comunicação, que a sucessão pela Fundação se dá com o vínculo dos bens doados para pagamentos dos valores sucedidos, incluindo o patrimônio doado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação continua apresentando capital circulante líquido negativo (Ativo circulante - Passivo Circulante), porém comparado aos resultados dos exercícios anteriores é possível observar uma reversão significativa da situação patrimonial e financeira, demonstrando uma tendência de equilíbrio e fortalecimento da Fundação. Vale ressaltar que em 2016 a Fundação voltou a apresentar patrimônio líquido positivo (Ativo - Passivo). O compromisso da administração da Fundação é de continuar a implantação de ações que resultem na melhoria dos resultados objetivando a continuidade normal e racional das operações da Fundação.

No exercício de 2014, através do processo de nº. 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação é ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção de Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou na suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandato judicial acima descrito, intervenção essa que perdurou pelo no ano de 2015 e 2016 e encerrou em 31 de dezembro de 2017.

A administração da Fundação traçou várias metas desde o início do processo de intervenção. Muitas das ações propostas não trazem resultados imediatos, mas promovem, gradualmente, o equilíbrio financeiro da Fundação devendo ser contínuas e monitoradas conforme itens abaixo:

- Priorização dos contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS) na oferta de serviços hospitalares da Fundação;
- Treinamento contínuo dos profissionais envolvidos nos Processos de Seleção para contratação de empregados da Fundação;
- Implantação das normas e procedimentos estabelecidos no Regulamento Próprio de Contratações, observando os princípios da economicidade, amplo acesso, igualdade, publicidade e transparência, onde no ano de 2017 foram realizadas diversas licitações, pregões, objetivando a otimização da utilização dos recursos financeiros da Fundação e melhorando a qualidade dos insumos e serviços contratados;
- Quitação das dívidas parceladas (passivo referente aos anos de 2011 a 2015) e negociadas por meio dos editais de Chamamento Público nº. 001, 002 de 2015 e 003 de 2016, com os respectivos pactos realizados por Termo de Adesão, de acordo com a entrada das parcelas do aporte homologado pela Lei Municipal nº 13.527 de 03 de junho de 2015;
- Manutenção dos pagamentos dos acordos de parcelamento junto a CPFL, DAERP, Receita Federal, INSS;

- Quitação de todas as parcelas de FGTS atrasadas do período de 2013 e 2014;
- Monitoramento do orçamento anual implantado;
- Recebimento do Aporte de capital da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

Ano	Valores (em R\$)
2015	3.200.000
2016	4.800.000
2017	2.200.000
Valor total aporte	10.200.000

- Manutenção das Certidões Negativas de INSS, FGTS e Certidão Positiva com efeito de negativa dos Tributos da Receita Federal com a quitação e/ou parcelamentos devidamente autorizados pelo órgão;
- Reforma e ampliação do laboratório de análises clínicas da Fundação para melhor adequação do espaço físico, locação e comodatos de equipamentos mais modernos, contratação e treinamento de recursos humanos, atualização do sistema de informática, visando automação dos processos e ampliação da oferta de serviços para a rede pública e privada de saúde;
- Venda ao Banco Santander S.A., através de licitação, da folha de pagamento dos empregados da Fundação Hospital Santa Lydia, resultando a arrecadação de R\$610.580,00 (seiscentos e dez mil, quinhentos e oitenta reais);

Para o exercício de 2018, o Conselho Curador, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Técnica nomeada com o final da Intervenção Judicial determinou as seguintes metas:

- Implantação da revisão do organograma da Fundação com a descrição de cargos, políticas de remuneração compondo cargos em comissão (livre provimentos), efetivos (contrato por tempo indeterminado), temporários (contratos por tempo determinado) e cedidos (pelo poder público) compondo o quadro de empregos da Fundação;
- Aprovação do novo estatuto e regimento interno da Fundação pelo Ministério Público e Poder Judiciário, visando a melhoria da estrutura de governança da Fundação;
- Modernização dos protocolos assistenciais, como o foco na segurança do paciente;
- Continuidade nas negociações do passivo referente aos anos de 2011 e 2014 junto aos fornecedores da Fundação;

- Programar a quitação das custas cartorárias existentes;
- Cumprimento dos pagamentos já negociados nos Termos de Adesão considerando os Editais já publicados;
- Programar a aquisição de equipamentos médicos para renovação do parque tecnológico da Fundação com objetivo de garantir qualidade no atendimento dos pacientes assistidos e ampliar a oferta de serviços aos nossos clientes, dando prioridade as UTI's, ampliação de leitos e centro cirúrgico;
- Iniciar a implantação do sistema de custos da Fundação com objetivo de gerar informações consistentes e confiáveis para as tomadas de decisões da diretoria;
- Revisar todo processo operacional do hospital, iniciando pelo departamento pessoal e áreas administrativas;
- Ampliar as atividades da Comissão de Controle Interno;
- Aprimoramento constante dos processos de compra afim de otimizar a utilização dos recursos utilizados nas aquisições dos insumos e contratação de serviços necessários para o bom funcionamento da Fundação conforme previsto no regulamento de compras que será proposto para aprovação junto aos órgãos necessários;
- Reavaliar a viabilidade da lavanderia e atualização de seu parque tecnológico;
- Reavaliar a viabilidade do laboratório e atualização de seu parque tecnológico;
- Ampliar a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de fornecer suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e nas atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto; e
- Ampliar o fornecimento de serviços assistenciais para região de Ribeirão Preto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 06 de abril de 2018. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis

do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2017.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil

e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

i) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

j) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

k) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

n) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

o) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	5.900	6.832
Bancos conta movimento	1.242	140.650
Aplicações financeiras (i)	2.060.971	2.044.384
Total	2.068.113	2.191.866

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5. Contas a receber

Descrição	2017	2016
Convênios	1.184.463	1.489.514
Outros créditos a receber	64.296	50.832
Sistema Único de Saúde – SUS	4.381.381	4.795.658
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(286.383)	(291.350)
Total	5.343.757	6.044.654

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

6. Estoques

Descrição	2017	2016
Medicamentos	247.946	197.220
Almoxarifado (i)	373.197	347.872
Total	621.143	545.092

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2017	2016
Cheques devolvidos	2.200	2.200
Cartões de crédito	103.451	94.983
Adiantamento a colaborador	261.550	216.849
Adiantamentos a fornecedores	6.336	9.695
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(2.200)	(2.200)
Total	371.337	321.527

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de deprec. média anual	2017		2016	
		Custo + AAP	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.488.985	(1.219.104)	4.269.881	4.451.006
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	1.977.394	(1.634.582)	342.812	364.834
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	880.209	(560.117)	320.092	328.520
Equip. de inform.	25 a 100%	509.842	(482.008)	27.834	95.233
Equip. Hospitalares	20%	495.183	(138.063)	357.120	407.326
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Total		11.036.309	(4.078.080)	6.958.229	7.287.409

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

b. Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Terrenos	1.640.490	-	-	1.640.490
Edificações	5.487.333	1.652	-	5.488.985
Máquinas e equipamentos	1.884.722	92.672	-	1.977.394
Móveis e utensílios	827.106	53.103	-	880.209
Equipamentos de informática	500.745	9.097	-	509.842
Equipamentos Hospitalares	495.183	-	-	495.183
Veículos	44.206	-	-	44.206
Total	10.879.785	156.524	-	11.036.309

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Edificações	(1.036.327)	(182.777)	-	(1.219.104)
Máquinas e equipamentos	(1.519.888)	(114.694)	-	(1.634.582)
Móveis e utensílios	(498.586)	(61.531)	-	(560.117)
Equipamentos de informática	(405.512)	(76.496)	-	(482.008)
Equipamentos Hospitalares	(87.857)	(50.206)	-	(138.063)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
Total	(3.592.376)	(485.704)	-	(4.078.080)

9. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	1.294.401	102.946	2.133.569	1.397.348
BNDES	-	-	8.832	-
(-) Encargos a transcorrer	(128.165)	(1.501)	(384.067)	(129.667)
Total	1.166.236	101.445	1.758.334	1.267.681

Os encargos contratuais para o capital de giro são de 1,20% a 1,48%. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são até janeiro de 2019. As garantias são alienações fiduciárias, recebíveis e avais.

Descrição	2017	2016
Saldos iniciais	3.026.015	4.814.309
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(2.140.842)	(2.475.668)
Juros e variação monetária	382.508	687.374
Total	1.267.681	3.026.015

10. Fornecedores e prestadores de Serviços

Descrição	2017	2016
Fornecedores nacionais	1.116.116	1.241.214
Honorários médicos – Pessoa física	47.725	119.613
Honorários médicos – Pessoa jurídica	2.283.069	1.937.374
Total	3.446.910	3.298.201

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	1.189.319	-	1.112.224	-
Pensão alimentícia a pagar	735	-	724	-
Contribuição sindical	41.798	-	60.111	-
INSS empregados (i)	151.463	-	141.201	-
FGTS – Empregados (i)	196.035	-	345.826	-
FGTS a recolher (ii)	44.335	96.059	43.726	105.671
INSS a recolher (iii)	174.557	230.334	188.626	375.518
IRRF a recolher (i)	150.764	-	138.226	-
COFINS/PIS (i)	135.924	-	126.384	-
Parcelamento de tributos (iv)	267.855	290.177	248.878	518.496
ISS	220	-	406	-
Rescisões a pagar	23.290	-	-	-
Bolsa Auxílio	3.000	-	-	-
Total	2.379.295	616.570	2.406.332	999.685

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.
- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 160 parcelas, com vencimento final em 22/5/2020. O encargo social é relativo ao período de 10/2003 a 7/2006. A Fundação, sucessora do Instituto, espera renegociar o parcelamento.
- (iii) Saldo de parcelamento com o Ministério da Previdência Social em até 60 parcelas (2 parcelamentos ao todo), com vencimento final em 30/6/2020. O encargo social é relativo ao período de 2/2013 a 8/2014, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2017.
- (iv) Trata-se de saldo de parcelamento de IRRF (assalariados e terceiros), PIS sobre folha de pagamento e Pis, Cofins e CSLL sobre terceiros em até 60 parcelas com vencimento final em 29/01/2020.

12. Outras obrigações

Modalidade	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	492.101	-	487.827	-
Energia elétrica	11.841	-	64.346	-
Telefone	74	-	30.372	-
Adiantamento de terceiros	-	-	160.512	-
Empréstimo consignado	63.024	-	89.051	-
Outros valores a pagar	3.936	-	4.753	-
Parcelamento fornecedores de bens e serviços (ii)	-	-	119.574	-
Parcelamento energia elétrica (iii)	21.795	-	295.000	21.795
Parcelamento de água e esgoto (iv)	129.653	913.963	118.741	955.787
Total	722.424	913.963	1.370.176	977.582

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Trata-se de uma ação do Plano de Recuperação Econômico-financeira, que consiste em um regime de renegociação e parcelamento dos débitos vencidos da Fundação Hospital Santa Lydia com seus fornecedores de bens e serviços.
- (iii) Conforme o Termo de Confissão de Dívida e renegociação de débito moratória Nº 20000000779 da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a Fundação Santa Lydia, foi acordado o pagamento da dívida no valor de R\$ 719.779 (setecentos e dezenove mil setecentos e setenta e nove reais) dividida em 26 parcelas iguais.
- (iv) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.

13. Provisão para contingências

Descrição	2017	2016
Trabalhista	72.040	725.956
Cível	93.015	-
Total	165.055	725.956

A Fundação, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2016	8.183	509.290
Diminuição	-	(276.941)
Aumento	101.214	493.607
Saldos em 31 de dezembro de 2016	109.397	725.956
Diminuição	(55.877)	(640.504)
Aumento	24.124	79.603
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.644	165.055

14. Passivos contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 8.804.174 (R\$ 2.303.561 em 2016). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

15. Patrimônio líquido

- a. **Patrimônio social:** Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.
- b. **Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. **Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

16. Serviços Hospitalares

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Particulares	1.840.109	1.629.063
SUS (i)	19.253.199	15.542.668
Convênios (ii)	6.929.439	8.257.101
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	25.523.875	28.418.213
Total	53.546.622	53.847.045

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

17. Doações

Descrição	2017	2016
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	39.701	37.028

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	2017	2016
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(20.189.270)	(20.389.013)
Custos de pessoal	(19.867.158)	(18.252.999)
Serviços de autônomos	(99.494)	(137.000)
Serviços de empresas	(1.291.542)	(1.266.753)
Medicamentos	(1.746.484)	(1.363.363)
Materiais de enfermagem	(1.210.517)	(1.125.011)
Materiais de laboratório	(1.916.567)	(1.979.047)
Órteses e próteses	(172.625)	(323.269)
Material de escritório	(116.729)	(101.935)
Gêneros alimentícios	(941.535)	(818.968)
Material de lavanderia, costura e roupas	(40.356)	(31.846)
Material de limpeza	(221.670)	(205.953)
Outros custos	(95.534)	(43.475)
Total	(47.909.481)	(46.038.632)

19. Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Materiais em geral	(958.347)	(381.870)
Impostos, taxas e contribuições	(165.328)	(96.705)
Alugueis	(160.597)	(128.377)
Energia elétrica	(668.066)	(647.991)
Água e esgoto	(265.551)	(241.583)
Conservação e manutenção	(166.961)	(261.629)
Reversão (provisão) para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.166	(118.112)
Despesa com depreciação	(488.997)	(465.390)
Provisão para contingências	(7.563)	(356.416)
Diversas	(361.091)	(381.965)
Total	(3.235.335)	(3.080.038)

20. Resultado financeiro líquido

Descrição	2017	2016
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	533.344	4.210
Rendimentos sobre aplicação financeira	134.870	400.004
	<u>668.214</u>	<u>404.214</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(618.564)	(1.411.185)
Descontos Concedidos	(8.448)	-
Despesas Bancárias	(103.457)	(133.529)
	<u>(730.469)</u>	<u>(1.544.714)</u>
Total	(62.255)	(1.140.500)

21. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados

Mês de competência	2017		2016	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	1.522.788	438.563	1.468.111	422.816
Fevereiro	1.516.275	436.687	1.598.112	460.256
Março	1.466.610	422.384	1.578.492	454.606
Abril	1.579.225	454.817	1.563.777	450.368
Maió	1.595.514	459.508	1.561.436	449.693
Junho	1.691.850	487.253	1.491.376	429.516
Julho	1.638.001	471.744	1.483.383	427.214
Agosto	1.598.311	460.314	1.452.548	418.334
Setembro	1.627.231	468.642	1.446.563	416.610
Outubro	1.595.395	459.474	1.478.138	425.704
Novembro	1.630.471	469.576	1.532.303	441.303
Dezembro	1.606.532	462.681	1.531.899	441.187
13º salário	1.378.174	396.914	1.235.877	355.932
Total	20.446.377	5.888.557	19.422.015	5.593.539

b. Autônomos

Mês de competência	2017		2016	
	Remuneração paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	69.407	13.881	8.135	1.627
Fevereiro	84.262	16.852	8.367	1.673
Março	25.863	5.172	65.347	13.069
Abril	39.256	7.851	66.013	13.203
Maio	31.268	6.254	49.648	9.930
Junho	32.189	6.438	38.487	7.697
Julho	40.946	8.189	79.402	15.880
Agosto	24.789	4.958	57.604	11.521
Setembro	22.844	4.569	46.793	9.359
Outubro	28.914	5.783	42.186	8.437
Novembro	15.110	3.022	166.067	33.213
Dezembro	12.948	2.590	-	-
Total	427.796	85.559	628.049	125.609

22. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

23. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

24. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

25. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 197, de 8 de fevereiro de 2018 foi deferido à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2017 a 30 de dezembro de 2020.

26. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

27. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
